



CORPOREIDADE, IDOSO E MEIO AMBIENTE COMO FATORES CONSTITUINTES DOS PARADIGMAS DA CONTEMPORANEIDADE

Raquel Guimarães Lins¹
Paulo Ricardo da Rocha Araújo²

RESUMO

O presente artigo trata da temática corporeidade, idoso e meio ambiente como fator constituinte dos paradigmas da contemporaneidade dada a complexidade das suas relações e interações. O corpo, inicialmente dissociado do meio ambiente, bem como o idoso – um sujeito cujo corpo envelhecido já não figurava como fator relevante – são revisitados pelos paradigmas de um tempo no qual uma outra epistemologia e outras práticas passam a orientar as atividades desse novo contingente da sociedade, a saber, sujeitos cujas idades alcançam patamares em torno de 73 anos de vida, no caso do Brasil. O artigo é elaborado a partir de uma análise semiótica dos processos sociais que têm sido construídos como resposta à mudança deste fator estrutural, a saber, o aumento da expectativa de vida e o incremento deste segmento populacional, os idosos e a temática ambiental e o lugar do corpo nessas outras interações propostas pela condição contemporânea da humanidade. A prática de atividades físicas é avaliada, ao final, como uma das formas de interação do idoso e a (re) conciliação entre o meio ambiente e o corpo.

Palavras-chave: Corporeidade. Idoso. Meio Ambiente. Contemporaneidade.

ABSTRACT

This paper deals with corporeity, the elderly and the environment. Given the complexity of the interrelationships and interactions among these three, they may be considered constituent factors of the paradigms of contemporaneity. The body, initially dissociated from the environment, and the elderly – social actors whose aged bodies had been considered irrelevant – are revisited by the paradigms characteristic of a time in which another epistemology and other practices have begun to guide the activities of this new social design of society, i.e., Brazilian citizens around 73 years. This article is grounded in semiotic analysis of the social processes that have been constructed as a consequence of changes in this structural factor resulting from contemporary human conditions, to wit, increased life expectancy and the growing percentage of the elderly in the total population, the environmental question and the place of the body in these interactions. The practice of exercises is considered as one of the ways of interactions and (re)conciliation between environment and the elderly.

Keywords: Corporeity. The Elderly. Environment. Contemporaneity.

¹ Mestre em Educação Física; Docente do curso de Licenciatura em Educação Física pelo Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI/FUNITA).

² PhD e MSc em Geologia pela Université d'Aix-Marseille III, *Faculté de Science et Technique de Saint-Jérôme*, Marselha, França ; MSc em Política Internacional pela *Bristol University*, Inglaterra. Docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília.



1 INTRODUÇÃO

Para mim, a possibilidade de sobreviver dignamente neste planeta depende da aquisição de uma nova mentalidade. Esta nova mentalidade precisa, entre outras coisas, ser talhada em uma epistemologia radicalmente diferente, que irá orientar as atitudes relevantes. (VARELA, 1990, p.45).

O aumento da proporção de idosos tem sido analisado como um fenômeno mundial tão profundo que muitos chamam de “revolução demográfica”, isso porque, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a expectativa de vida ao nascer aumentou de 46,5 anos no período de 1950 – 1955, para 65, em 1995 – 2000. Especificamente no caso do Brasil, esse movimento tem se repetido.

No entanto, será a compreensão deste fenômeno, associado a outros, a saber, as questões ambientais e a própria noção de corpo que orientarão as análises deste artigo. Talvez se pudesse perguntar inicialmente: concebidas a degradação ambiental como uma característica fundante desta contemporaneidade, quais seriam as relações desse fenômeno com o aumento da expectativa de vida dos ‘idosos’ brasileiros? Em função dos avanços da Medicina em todas as suas vertentes – seja profilática, seja estética – como podem ser caracterizados os corpos desses novos sujeitos e como esses se relacionam com o próprio meio ambiente? Em que medida, os novos conceitos de interação com o meio ambiente e cuidados com o corpo contribuem para a qualidade de vida desses sujeitos?

A tentativa de resposta a essas questões iniciais remetem à noção de qualidade de vida cuja definição tem sido vista como uma difícil tarefa pois, muitas vezes, em relação ao fator físico ela é aceitável, não significando que no âmbito social ela também o seja. Além disso, esses fatores são encontrados de forma diferenciada no espaço, diversificando-o, o que gera “inúmeras” qualidades ambientais, que devem ser relativizadas. Inicialmente, esses fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos devem ter acrescido outros de ordem antrópica. Burton (1968) citado por Mazetto (1996), ressalta que “a qualidade de vida não pode estar restrita à natureza e ao ecossistema, pois engloba elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem”. Segundo Troppmair (1992):

O meio ambiente, conforme as prioridades dos seus elementos produz uma qualidade ambiental que pode ser maléfica ou benéfica para a nossa vida. Assim, entende-se por sadia ou boa qualidade de vida, os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida. (p. 6).

Figura ainda como tarefa difícil o estabelecimento de padrões de qualidade de vida e ambiental, pois os elementos considerados atuam distintamente nos espaços. Oliveira (1983) recorre à percepção, considerando-a como um fator imprescindível para se determinar a qualidade ambiental e de vida. Para ela, as condições de qualidade ambiental são muito subjetivas e serão boas ou ruins, de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população se relaciona e percebe o meio ambiente e a vida.

Não obstante a condição de que a qualidade de vida e ambiental estejam diretamente relacionadas ao crescimento populacional, que tem evoluído de maneira significativa, esse crescimento “inchará” ainda mais os grandes centros urbanos, agravando os problemas neles já existentes, uma vez que são escassos os planejamentos de políticas públicas que regulem essa urbanização. Nas áreas



metropolitanas, a qualidade de vida da maior parte de seus habitantes não atende aos níveis mínimos dos padrões internacionais estabelecidos (alimentação, renda, educação, saúde, etc). De acordo com Mazetto (1996, p.19), “os problemas de ordem ambiental e de qualidade de vida nas metrópoles tendem a alcançar níveis antes inimagináveis, quando esse fator se junta ao subdesenvolvimento”. Esses problemas podem ser de ordem ambiental (poluição); econômica (pobreza); política (falta de políticas públicas eficientes) e social (as desigualdades cada vez maiores).

Em função dessas características, muitas são as classes de indicadores e os critérios para se identificar a qualidade de vida. Para Machado (1993), é necessário o uso de dois tipos de abordagens para estudar a qualidade de vida e ambiental: a quantitativa (padrões de qualidade) representada através dos indicadores do desenvolvimento mundial, como o PNB per capita, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo entre adultos e também através de indicadores ambientais como poluição do ar e da água, por exemplo; e a qualitativa (indicadores perceptivos) baseada no estudo da cidade como fenômeno vivenciado pelo morador, que percebe a qualidade do meio ambiente que o cerca. Além disso, os indicadores referentes à saúde da população são importantes na análise da qualidade de vida e ambiental da população, uma vez que, em muitos casos, uma péssima ou uma boa qualidade de vida está refletida na saúde e no acesso aos serviços de saúde por parte das pessoas. No entanto, seria de extrema relevância considerar os indicadores ambientais na análise da qualidade de vida. Herculano (1998, p.88) comenta que:

Os indicadores ambientais são modelos que descrevem as formas de interação das atividades humanas com o meio ambiente, entendido este como: - fonte de recursos: minerais, energia, alimentos, matérias-primas em geral; - depósito de rejeitos: lixo industrial e doméstico e efluentes líquidos e gasosos; - suporte da vida humana e da biodiversidade.

Assim, pode-se dizer que os indicadores ambientais dizem respeito: - ao estado físico ou biológico do mundo natural (indicadores de estado); às pressões das atividades humanas que causam modificações desses estados (indicadores de pressão); indicadores das medidas da política adotada como resposta a essas pressões, na busca da melhora do meio ambiente ou da mitigação da degradação (indicadores de resposta).

Deve-se, ainda, ressaltar que os indicadores ambientais auxiliam a análise da qualidade ambiental, tendencialmente, classificadas como ‘boa’ ou ‘má’, a depender dos distintos modos de atuação que a pressão humana vem se impondo no meio ambiente.

Desse modo, parece ser de extrema importância que se faça uma análise combinada entre os fatores ambientais, sociais, biológicos, econômicos, políticos e culturais para compreender a qualidade de vida e ambiental de uma dada população. Sobretudo, quando esse estrato da população – idosos – representam ao mesmo tempo produto/processo de um aumento nos índices de expectativa de vida aumentada em função, dentre outros fatores, das próprias condições ambientais no que se refere às questões de saneamento básico.



2 ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA SEMIÓTICA

Considerando as mudanças estruturais nos conceitos em questão: idoso, corpo, meio ambiente e qualidade de vida nota-se a demanda por um referencial de caráter epistemológico que permita compreender essas formas de definição como signos. Nesse sentido, a semiótica, proposta originariamente, na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX, pelo físico, químico, matemático e filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839 – 1914) sistematiza o pensamento por signos como um processo de atualização contínua e ‘evolucionária’ de uma certa vontade de conhecer. Adota-se o conceito de ‘evolucionária’ sem, contudo, caracterizá-lo a partir de algumas teorias desenvolvimentistas que tipificaram ações e políticas governamentais. Afinal, segundo o próprio Peirce (1972):

Um signo, ou um *representamen*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que, por vezes, tenho denominado o fundamento do *representamen*. (p.18) (*sic*).

Essa definição de signo permite observar o caráter da mudança ao constatar que o eu passado fornece ao eu que surge no fluxo do tempo. Aquele que, denominado também *representamen*, dirige-se a um alguém, ao eu que surge no fluxo do tempo. O interpretante é o signo que o eu crítico produz ao comparar o *representamen* que lhe é proposto, dotado de potencialidade geradora de outros signos semelhantes a si, com o papel representativo que o mesmo *representamen* exerce relativamente à tradição, seu objeto. Como signo crítico, o interpretante, por um lado, representa um objeto com capacidade informativa não maior do que aquela de que é dotado o *representamen* que o determina; por outro lado, porém é capaz de explicitar a razão pela qual o *representamen* representa o objeto e, assim, atualiza e fortifica, sob a forma de hábito, o autocontrole e a autoconsciência. Em suma, a racionalidade – da conduta do intérprete face ao objeto. À razão que permite ao *representamen* estar no lugar do objeto e, ao mesmo tempo, não se confundir com ele, e que permite também ao eu que surge elaborar a conduta futura, Peirce denomina fundamento do *representamen*.

O interpretante, por sua vez, sendo um signo equivalente ao *representamen*, porém mais desenvolvido do que ele – uma vez que é constitutivamente crítico – tornar-se-á *representamen* para os novos interpretantes, e assim indefinidamente, tendendo a fazer crescer o grau de autodomínio da conduta social, consolidando cada vez mais essa verdade acerca desses signos.

Pode-se concluir que o signo ou pensamento são, pois, constitucionalmente temporais ou evolutivos. Nesses termos, a evolução parece permear a racionalidade, tendencialmente crescente, sob a forma de regularidades e Leis. O espaço de indeterminação que permite a manifestação do novo tenderia a diminuir com o crescimento da Lei. Nessa linha de raciocínio, Peirce (1972) chega a admitir ser a matéria um pensamento que fixou definitivamente seu hábito, adquirindo uma conduta altamente previsível. A visualização desse processo talvez pudesse ser vista sob a forma de uma espiral cônica, intrinsecamente circulatória, diferentemente

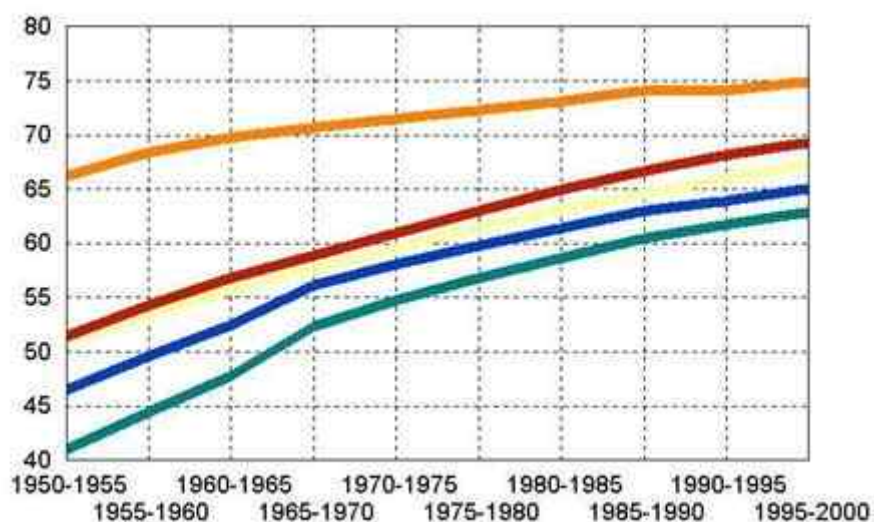


do modo linear como tendem a ser representados os distintos modos de pensar na própria modernidade.

2.1 Caracterização do Idoso como um *Representamen* na Contemporaneidade

O idoso como um sujeito pode ser analisado como um *representamen* da contemporaneidade em função da condição de signo que ocupa de um dos mais instigantes fenômenos demográficos no contexto das mudanças entre o crescimento populacional e a estrutura etária da população. Em parte, as mudanças na estrutura de idade da população explicariam esse fenômeno, não fosse possível observar dados quanto ao aumento da expectativa de vida em anos, como no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Expectativa de Vida, em anos:



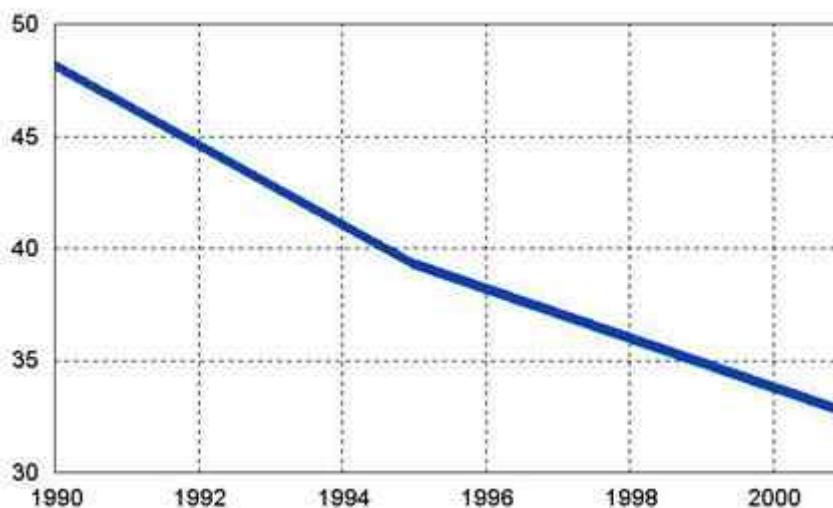
azul = Mundo; **marrom** = América Latina; **vermelho** = Países mais desenvolvidos; **verde** = Países menos desenvolvidos; **amarelo** = Brasil.

Fonte: ONU.

Coexistem com esses dados, a redução das taxas de mortalidade infantil no Brasil, sobretudo no período 1965 – 1980 em que se observa uma tal ‘onda jovem’, em função do crescimento anterior de jovens (período de 1965-1980), que havendo passado a compor, naquela ocasião, o contingente populacional em período reprodutivo, mantiveram elevadas taxas de natalidade (independentemente da redução da fecundidade), o que resultou em um novo momento do crescimento da coorte jovem, algo em torno de quatro milhões de pessoas. Vale ressaltar que esse fenômeno mostrou-se mais evidente nas regiões Sudeste e Sul, onde a queda da fecundidade e da mortalidade atingiu níveis mais intensos, como pode ser observado no Gráfico 2:



Gráfico 2 - Mortalidade Infantil no Brasil
(em número de mortes até os cinco anos para cada mil nascimentos.)

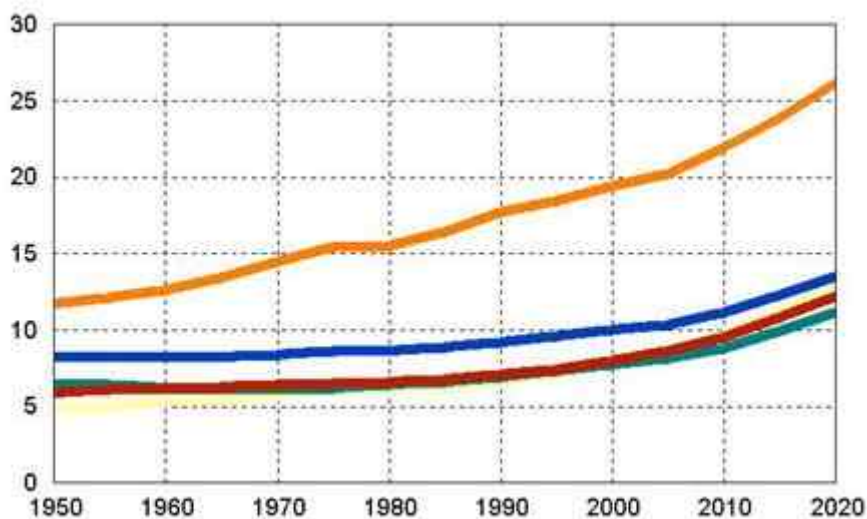


Fonte: IBGE, Censo, 2000.

Em que pesem as alterações no comportamento reprodutivo das populações em geral, no caso do Brasil especificamente, serão fatores que condicionaram esses processos de alteração que fundamentarão o aumento da proporção de idosos nos quadros demográficos. Os processos de vacinação em massa, saneamento básico, abertura de postos de saúde, aliados ao desenvolvimento da medicina e da produção e mediação ao acesso aos novos medicamentos, ressaltando-se a imprescindível ação médico-sanitária do Estado, corroboram para a compreensão do Gráfico 3. Esse gráfico permite uma visão comparativa da proporção de idosos do Brasil com outros países no sentido de demonstrar o caráter mundial desse fenômeno, ainda que menos intenso em alguns e mais significativo em outros. Note-se que a América Latina como um todo apresenta índices mais elevados que a média mundial, fato que pode ser observado pelo caráter ascendente da curva, bem como pode ser analisado pelo Gráfico 3, cuja intenção é comparar os países mais desenvolvidos em relação aos menos desenvolvidos, sem os índices de média mundial. A constatação possível remete à análise semântica proposta sobre o que pensam, o que fazem, como vivem esses novos sujeitos cuja infância e adolescência apresenta como traço fundante uma outra relação com o meio ambiente.



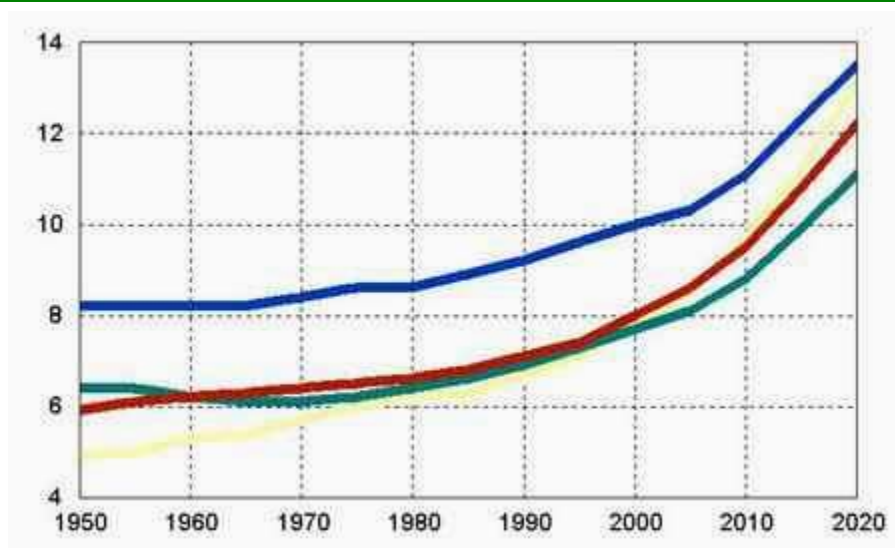
**Gráfico 3 - Proporção de idosos
(População com mais de 60 anos, em % da população total)**



azul = Mundo; **marrom** = América Latina; **vermelho** = Países mais desenvolvidos; **verde** = Países menos desenvolvidos; **amarelo** = Brasil.

Fonte: ONU.

**Gráfico 3a - Proporção de idosos, sem curva dos mais desenvolvidos
(População com mais de 60 anos, em % da população total)**



azul = Mundo; **marrom** = América Latina; **vermelho** = Países mais desenvolvidos; **verde** = Países menos desenvolvidos; **amarelo** = Brasil.

Fonte: ONU.



3 A QUESTÃO AMBIENTAL COMO CENÁRIO E SUJEITO DAS TRANSFORMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Em se tratando do caso do Brasil, especificamente, o meio ambiente como questão tematizada nos estudos e pesquisas que buscam compreender a contemporaneidade, parece ter atingido seu ápice no final dos anos 70, quando as discussões sobre a Floresta Amazônica se acirraram. Em função da forte censura aos meios de comunicação social em geral, implantada pelo regime ditatorial até então, foi somente com o processo de reabertura política que os diferentes casos de agressão à natureza provocados, sobretudo, pelos processos de implantação de projetos, como da Transamazônica, Projeto Jarí, entre outros, tomaram parte dos meios de divulgação e comunicação. Desse modo, a partir da década de 80, tendo como pano de fundo o conhecimento das situações e práticas de destruição e degradação de vários ambientes naturais tem início uma reação, ainda que setorializada, como parte desse conjunto de mudanças. Podem ser citadas, por exemplo, as mobilizações em relação à degradação das áreas litorâneas, as práticas agrícolas, a política energética e de exploração dos recursos naturais, o processo descontrolado de urbanização com todas as consequências dele decorrentes, o estabelecimento de indústrias sem a exigência de equipamentos de controle dos diversos tipos de poluição.

A partir dessas experiências tomadas como 'desastres ambientais' e suas graves consequências, os distintos setores da sociedade, por motivos diferenciados, constituem o meio ambiente como um problema com um problema social com tais características. Os esforços têm início para uma compreensão mais profunda dos diferentes aspectos a ele relacionados, buscando denunciar e, em alguns casos, reverter os danos decorrentes dessas práticas de degradação: afinal, muitos desses sujeitos-idosos do início do século XXI não se questionavam sobre o caráter de esgotamento desses recursos naturais e, em última instância, da própria natureza.

Pode-se dizer que o movimento ambientalista se impõe a partir de então, por meio de práticas contestatórias polêmicas e, muitas vezes, chamativas. Por outro lado, através de uma produção intelectual, decorrente de uma reflexão teórica que, pelo simples fato de propor paradigmas alternativos àqueles hegemônicos até então para a interpretação dessas práticas, o 'movimento ambientalista' torna-se tão polêmico quanto as práticas dos militantes ecologistas. Por isso, são amplamente estudados pela Sociologia críticos dos movimentos ecologistas como Bosquet (1979), Enzerberger (1978), Belinguer (1978), Tragtemberg (1982). Para esses teóricos, esse movimento representava um desvio da verdadeira luta política como tentativas de desvios das questões sociais relevantes e, ainda, como articulação do sistema capitalista no sentido de ser mais uma de suas manobras para incorporação das próprias contradições. Esse questionamento prevalece em algumas discussões sobre os riscos e certas estratégias das ações propostas pelos ecologistas como em publicação de Alphandéry (1992).

Não obstante esse cenário há a impossibilidade de negar as implicações decorrentes dos processos de degradação da natureza por um lado e, por outro, as implicações do discurso ambientalista em vários aspectos do modo de organização social, bem como dos seus efeitos na qualidade de vida de um sujeito da contemporaneidade, como o idoso, que tornam o tema como parte da configuração deste artigo. Isso porque o retorno às condições de preservação e interação homem – natureza já não seriam possíveis nas condições atuais. Ainda assim, para esse novo sujeito, parece relevante a recuperação da importância da dimensão estética



da natureza para a realidade humana como um exercício de interpretação semântica na qual ocorre um posicionamento frente “à antítese corriqueira entre arte e ciência, que separa as duas em diferentes setores culturais, a fim de que, enquanto setores culturais, possam ser administradas” (HORKHEIMER; ADORNO, 1989). Em parte, esse dilema tem sido proposto por esses novos sujeitos como ‘atos criadores do espírito na arte e na ciência’ (BRONOWSKI, 1979) com vistas à superação da antítese entre a dimensão racional e a dimensão estética que resultam em qualidade de vida diferenciada.

3.1 A Corporeidade como *Representamen* de uma Dissociação entre o Espaço e o Tempo

A visão racionalista herdada dessa modernidade que dissocia as dimensões racional e estética parece encontrar na noção de corporeidade um dos seus signos mais representativos. Segundo Chauí (1995), por exemplo, o corpo seria um modo finito do atributo Extensão na filosofia de Spinoza, na qual essa filósofa fundamenta suas análises. Para ela, o corpo seria extremamente complexo, constituído por uma diversidade e pluralidade de corpúsculos duros, moles e fluidos, relacionados entre si pela harmonia e pelo equilíbrio de suas proporções de movimentos e repouso.

Nessa linha de pensamento, o indivíduo seria um agente dinâmico, que se constitui pelo conjunto de ligações internas e externas que não incorrem apenas o terreno da teoria, mas que deve percorrer também as trilhas da prática pelas possibilidades do corpo para desvincular-se ou transpor limites que o próprio meio – espaço - ou a idade – tempo - lhe impõem.

É exatamente esse caráter duplo – relação do corpo com o tempo e o espaço – que tornam o corpo o *representamen* da contemporaneidade. Note-se que o espaço vivenciado por esses sujeitos – hoje idosos – apresenta as diferenciações estruturais relatadas quanto à percepção do meio ambiente como objeto de análise e, o tempo, por sua vez igualmente diferenciado, apresenta ritmos e intensidades que denotam um caráter de dissociação. Para Spinoza (*apud* CHAUÍ, 1995), o homem é parte imanente da Natureza, o que implicaria concebê-lo como parte dessa natureza que possui a peculiaridade de não ser apenas parte, mas também tomar parte na atividade do todo no universo. Essa característica dinâmica concedida à natureza humana atribui-lhe competências distintas em que o ser pode estar contido. Ocorre que, nos processos de tomada de consciência do caráter de esgotamento dos recursos naturais impostos pelo próprio modelo de desenvolvimento – que o torna insustentável – o corpo não parecia ser considerado.

A corporeidade da qual o idoso passa a ser dotado parece ser bastante distinta das imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa que persistem em corpos-mercadoria de academia ‘x’ ou ‘y’, bem como daquela visão de corpos-inutilizados em instituições-asilos ‘x’ ou ‘y’. Haveria uma nova ligação entre corpo e natureza que remete às considerações que Chauí (1995) utiliza, valendo-se dos pressupostos da filosofia espinosana que vão desde a ideia de corpo como um sistema complexo de movimentos internos e externos, à ideia alma definida como consciência das afecções de seu corpo e das ideias dessas afecções: ou seja, a consciência do corpo e a consciência de si mesmo. Nesse sentido, a tomada de consciência do meio como parte estruturante do próprio corpo, bem como do corpo como um *representamen* dessas novas condições ambientais têm orientado as práticas desses sujeitos que ao primar por uma qualidade de vida optam – predominantemente – por atividades físicas homem e natureza que seriam um todo.



Haja vista, os índices crescentes de práticas orientais de atividade física como Tai Chi, entre outras.

4 SOB O PRETEXTO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece pertinente a relação entre corporeidade, idoso e meio ambiente quando mediados pelo sentido de que a qualidade de vida tem sido propiciada pelos avanços científico-tecnológicos, ainda que tais decorrências tenham ocorrido como fator secundário. No entanto, o meio ambiente tende a agregar fatores para a compreensão de uma dimensão estética desse sujeito na contemporaneidade, dada sua condição histórica.

A ideia contemporaneizada de corpo como mediação entre o homem e a própria natureza aproxima-se da visão que uma certa tradição de análise sociológica tinha em relação ao trabalho como fator de transformação pela cultura do próprio homem. Uma vez na condição de idoso, o tempo que era dedicado ao emprego (relação capital/trabalho) tende a ser substituído por orientações quanto à prática de atividades físicas que, em sua maioria reintegram esse sujeito (mediado pelo corpo em movimento) à natureza. Nas grandes cidades, fazem parte das ações das Secretarias de Esporte a implementação de caminhadas no parque, prática de atividades orientais ao amanhecer, como tantas outras atividades constituintes de uma política de bem-estar (físico, mental, emocional) que, necessariamente, contam com a natureza como cenário. Daí a diferenciação que uma análise semiótica pode propiciar, à medida que atualiza o signo a partir do fluxo do tempo que a construção desse quadro de novos sentidos atribui ao corpo, ao meio e, inicialmente, à própria condição de “sujeito idoso”. O caráter dinâmico dessa relação, certamente, favorece a compreensão dos processos de elaboração de políticas públicas cuja abrangência deve abarcar esse novo sujeito como um *representamen* da contemporaneidade que desempenha, ainda, a função de *interpretamen*, ao inserir em seu cotidiano práticas que revisitam o meio ambiente como ponto de referência das condições inerentes à qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, P. R. da R. “Educação Física e Meio Ambiente: convergências possíveis e outras rupturas”. In: OLIVEIRA, R.J. de. **Saúde e atividade física**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 25-29.

ARAUJO, P. R. da R. Os desafios da Modernidade: (des)construções de paradigmas sobre qualidade de vida. In: FALEIROS, V. de P.; LOUREIRO, A. M. L. (Orgs.). **Desafios do Envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Editora Universa, 2006, p. 19-24.

ALPHANDÉRY, G., BITOUN, P., DUPONT, Y. **O equívoco ecológico**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BERLINGUER, G. **Medicina e política**. São Paulo: Cabes/Hucitec, 1978.



BRONOWSKI, J. **Ciência e valores humanos**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUsp, 1979.

BORHEIM, G. Filosofia e política ecológica. **Revista Filosófica Brasileira**. n. 2. v. 1, p. 16-24, 1985.

CHAUÍ, M. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

ENZERSBERGER, H. M. Uma crítica da ecologia política. **Polêmica**, p. 89-122, 1978.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores *In: Ambiente e Sociedade*. Ano I, nº 2, Unicamp, 1998.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo; Nova Cultural, 1989. p. 3-30.

MACHADO, L. M. C. P. Qualidade ambiental urbana: percepções e estratégias de uma cidade de porte médio. 1993. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia, UNESP, 1993.

MAZETTO, F. de A. P. Análise da qualidade de vida urbana através do indicador Saúde (doenças transmissíveis). 1996. (Dissertação de Mestrado). UNESP: IGCE, 1996.

OLIVEIRA, L. de. A percepção da qualidade ambiental. *In: Ação do Homem e a qualidade ambiental*. ARGEO e Câmara Municipal, 1983.

TRAGTEMBERG, M. Ecologia versus capitalismo. **Economia e desenvolvimento**. v. 2, p. 129-37, 1982.

VARELA, F. O caminhar faz a trilha. *In: THOMPSON, W. I. (Org.) Gaia: uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Gaia, 1990, cap. 2, p. 45-60.

Recebido: 03/03/2012

Aprovado: 20/07/2012